

## O “JOVEM RADICAL” CONTEMPORÂNEO: NOVOS SENTIDOS DE UM QUALIFICATIVO JUVENIL

*Vitor Sérgio Ferreira\**

### **Introdução**

O epíteto *radical* difundiu-se para qualificar diversos tipos de práticas, comportamentos e manifestações juvenis. Em Portugal, é um qualitativo que tem sido utilizado para nomear canais de TV direccionados a jovens (SIC Radical), para classificar determinadas práticas desportivas (parkour, surf, skate, escalada, etc.), para conotar certas de atitudes com certos produtos publicitados (“sê radical, usa X” ou “faz Y”), etc. Está-se claramente distante desse *jovem radical* a que Octávio Ianni se referia no início dos anos 60. Com uma matriz de inspiração marxista, esse jovem era perspectivado pelo autor como um militante politicamente implicado, inconformista e inconformado, socialmente desajustado e em contradição com os interesses e ideais da sua classe de origem, bem como com os princípios básicos que orientavam o funcionamento do sistema de produção capitalista. Nas suas palavras: “na maior parte dos casos, esse comportamento [o comportamento radical] é o produto de uma consciência peculiar da condição social do próprio jovem, da sua situação de classe e da sociedade global” (IANNI, 1963: 160).

De facto, de um ponto de vista sócio-histórico, o conteúdo da expressão *radical* tem mantido quase invariavelmente uma conotação política, havendo surgido para qualificar atitudes e condutas de oposição que preconizavam reformas profundas nas instituições conservadoras da ordem social. Arreigado a uma tradição antimonárquica e anticlerical, o termo *radical* entra na linguagem política no fim do século XVIII, começando por ser utilizado para designar os *whigs*, partidários do sector mais extremo do partido liberal inglês, opositores a Jorge III. Mais tarde, é usado para designar as atitudes dos defensores da Independência

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL)  
Bolsista de Pós-Doc da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Norte-Americana, dos entusiastas da Revolução Francesa, dos que apoiaram o movimento para a reforma parlamentar inglesa de 1832, ou dos implicados nas lutas pelo sufrágio universal no fim do século XIX. O termo chegou ainda a designar vários partidos políticos em diversos países da Europa (como em França ou na Suíça, onde existiu a designação de Partido Radical), bem como alguns dos respectivos órgãos de difusão ideológica.<sup>1</sup>

Mais recentemente, a categoria *radical* tem surgido como qualitativo de movimentos e comportamentos sociais com uma intervenção social perturbadora. Posteriormente à II Guerra Mundial, o epíteto designava grupos de jovens que se organizavam em torno de partidos ou grupos políticos cuja posição ideológica e acção social se situavam nos extremos do eixo das simpatias partidárias, ou fora deste eixo mais tradicional, polarizado entre a direita e a esquerda. É neste contexto que emerge a posição de Octávio Ianni, no seu texto de 1963 intitulado *O Jovem Radical*. Ainda hoje, na esteira desta acepção, a expressão “radical” é habitual nos meios de comunicação social para identificar grupos políticos ou religiosos mais fervorosos, por exemplo.

Actualmente, embora o epíteto *radical* continue a ser usado como categoria classificatória de comportamentos e manifestações juvenis de pendor mais iconoclasta, já não se encontra no âmbito estrito da vida política – o que, convenhamos, não quer dizer que os comportamentos e manifestações juvenis socialmente reconhecidos como radicais não sejam passíveis de ter um sentido político. Este, porém, deve ser agora tomado num sentido mais lato e culturalista. São inúmeros os autores que, recentemente, vieram enfatizar a *viragem cultural* (NASH, 2001) sucedida na sociologia política e dos movimentos sociais, localizando diversos tipos de reivindicação de direitos de cidadania e várias formas de activismo já não na esfera da política tradicional, mas nas esferas da produção cultural e das identidades.<sup>2</sup>

Neste contexto, o *habitus radical*<sup>3</sup> já não se refere exclusivamente à disposição adquirida para o activismo na esfera da política institucional convencional, e

<sup>1</sup> Em Portugal, com o título *Radical* ou *O Radical* publicaram-se vários jornais de ideologia liberal e republicana no início do século. Ver Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, vol. XXIV, p. 222.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, BECK (2000), BUECHLER (1995, 1999), CALHOUN (1994), CROSSLEY (2001, 2003), DUBET (2004), EDELMAN (2001), HETHERINGTON (1998), MAFFESOLI (2002 [1992]), MCDONALD (2002, 2004), TOURAINE (2004), TURNER (2001).

<sup>3</sup> Como lhe chama CROSSLEY (2003), inspirado no conceito de Pierre Bourdieu.

utilizar as mais diversas técnicas de protesto no actual *stock* histórico e cultural disponível. Do mesmo modo, a sua agência não tem que estar inevitavelmente ancorada a nenhum movimento social em particular, podendo ser activada, na prática, através da participação fluida nas acções de vários movimentos (pacifista, ambientalista, feminista, LGBT, dos direitos dos animais, etc.) ou culturas juvenis (gótica, *straightedge*, metaleira, *raver*, *hardcore*, etc.).

O *habitus radical* pode, ainda, ser transportado e activado em outros domínios da existência mundana do sujeito para além da política, como no domínio da vida profissional (através do engajamento em profissões compatíveis com os valores que informam a prática radical), da vida familiar (a rejeição de contratos de casamento, por exemplo), do consumo (rejeição da compra de determinados produtos ou marcas), ou do próprio corpo (não o alimentando através da ingestão de produtos de determinadas marcas ícone do sistema capitalista e da sociedade de consumo, ou tão-somente de carne; não o cobrindo com peles de animais, ou utilizando-o enquanto recurso expressivo marcador de distância do indivíduo perante determinada ordem de social e cultural (FERREIRA, 2007).

Toda a esfera pessoal pode tornar-se potencialmente política, quando o *habitus radical* opera como uma estrutura subjectiva que circula por entre as várias esferas do *mundo de vida*, esse “sector do mundo quotidiano que está ao seu alcance e que, do seu ponto de vista, se ordena espacial e temporalmente em volta de si, como centro” (PAIS, 2002: 89).<sup>4</sup> Como afirma Crossley, “o radicalismo não é apenas uma matéria relacionada com o que os radicais fazem na arena política formal, mas afecta igualmente a forma como trabalham, as suas circunstâncias domésticas e até a forma como se vestem” (2003: 54-55). Neste contexto, vale perguntar para que realidades e sentidos a expressão “radical” remete actualmente, quando associada a determinados comportamentos juvenis? Como entendê-la à luz das manifestações juvenis que qualifica na contemporaneidade?

<sup>4</sup> Em contraste com a *zona das coisas distantes*, o mundo de vida corresponde ao *mundo de alcance efectivo* do indivíduo, à sua *zona de operação* quotidiana (SCHUTZ & LUCKMANN, 1977: 54-55), organizada “em torno do ‘aqui’ do meu corpo e do ‘agora’ do meu presente. Este ‘aqui e agora’ é o foco da atenção que presto à realidade da vida quotidiana” (LUCKMANN & BERGER, 1999 [1966]: 39-40).

### **A conformação social do corpo jovem**

A significação do traço de *radicalidade* atribuído a algumas formas contemporâneas de cultura urbana juvenil contemporânea ganhou, efectivamente, novos contornos. Passou a ter implícita uma noção de comportamento social orientado por um princípio de experimentação e de superação de limites ou convenções de ordem variada, em domínios sociais diversos, recorrendo a diferentes recursos. Classifica comportamentos que implicam sempre determinado tipo e grau de *risco*, hoje em grande medida associados ao risco físico.

São comportamentos que remetem, em muitas formas de cultura juvenil, para versões *exacerbadas* da corporeidade modal<sup>5</sup>, fora das normas físicas e simbólicas que regulam e disciplinam socialmente os corpos em determinados contextos sociais e espacio-temporais, nomeadamente os corpos juvenis. Tal exacerbamento vai conceder aos seus corpos uma visibilidade pública marcada pela excessividade e pela espectacularidade, socialmente reconhecida como “radical” (ATKINSON, 2004). Assim, em última instância, pode-se dizer que o novo “jovem radical” é, hoje em dia, a encarnação de um “corpo radical”, um modelo de corporeidade marcado pelo excesso, que vai encontrar múltiplas possibilidades de expressão e de sentido na vida quotidiana.

Se o traço de “radicalidade” atribuído a determinados comportamentos juvenis passa pela excessividade reconhecida aos usos e investimentos feitos no corpo, é porque o corpo, designadamente o corpo dos jovens, é objecto de mecanismos de poder, controlo e regulação social. As corporeidades juvenis, nas suas práticas mais íntimas e detalhes mais ínfimos, são objecto de um trabalho de domesticação e docilização associado a várias instâncias de socialização (familiar, escolar, mediática, entre pares, etc.), realizado no sentido da sua conformidade a determinados padrões sociais de utilização, intervenção e exploração (padrões de género, de orientação sexual, de classe, de etnicidade ou “raça”, etc.) em termos de apresentação, de *hexis* e de emoção.

A saliência e valor simbólico que o culto do corpo toma hoje na sociedade

<sup>5</sup> Diz-nos Berthelot que “se entendermos por corporeidade o conjunto de traços concretos do corpo como ser social, diremos que uma dada sociedade define simultaneamente um certo *espaço de corporeidade* (ou seja, um número de possíveis corporais, formado por regras de conveniência na apresentação e na gestão do corpo) e uma certa *corporeidade modal* (ou seja, um conjunto determinado de traços valorizados)” (1983:128).

contemporânea ocidental acontecem, em boa medida, a pretexto da celebração social de um imaginário genérico, homogeneizado e hegemônico de *corpo jovem*, amplamente suportado por uma indústria de design corporal responsável pela produção e mercantilização das estratégias de conservação ou adequação a esse ideal corporal. O *corpo jovem* trata-se de um modelo de corporeidade informado e modelado com recurso aos modelos difundidos numa sociedade prolixa em imagens de corpos que se passeiam pelos ecrãs, pelas revistas, pelas ruas, bem como em discursos que, sob a forma de “conselhos práticos”, de terapias “à la carte”, de campanhas de informação e/ou de sensibilização.

Altamente divulgados, formatados e disciplinados pelos meios de comunicação social, os padrões estéticos inerentes ao ideal de *corpo jovem* pouco se compadecem com corporeidades particulares e locais. Materializa-se em corpos *objectificados*, tidos como potencialmente moldáveis através de dietas e estratégias de vigilância alimentar, de musculação e outras actividades de tonificação, e domesticáveis sob o signo da beleza, da saúde, da vitalidade, do prazer. Isto com vista a tornarem-se ou a manterem-se eternamente (tanto quanto possível...) belos, atléticos, vigorosos, saudáveis, desejantes e desejáveis.

É este o modelo de corporeidade juvenil mediaticamente celebrado na publicidade, no cinema, na música pop, e em outros meios de comunicação social, sobretudo nos que têm os jovens como segmento de público a atingir. Simultaneamente, num contexto de intensa mercantilização de acessórios, recursos, técnicas e tecnologias ao serviço do corpo contemporâneo, esse é o modelo corporal de referência e de reverência, transversalmente reificado, fetichizado, cobiçado e globalizado no espaço social. Neste cenário de comunicação e difusão global de uma imagem de *corpo jovem*, o mercado e a mídia que o servem e que dele dependem, que o sustentam e dele se sustentam, converteram-se num espaço simbólico e discursivo altamente disciplinador dos corpos juvenis (CRUZ, 2002; ESCOBAR, 2005; GIROUX, 1998). O ideal de *corpo jovem* é cobrado não apenas aos próprios jovens, como se estende a outros sujeitos sociais. Portar símbolos do corpo juvenil, parecer sempre jovem, constitui um valor social desta época.

Para além do mercado e respectivos mecanismos de sustentação, os jovens encontram-se ainda sujeitos a outro tipo de discursos disciplinadores e práticas institucionais aquietadoras da sua corporeidade: enquanto público-alvo privilegiado de políticas de saúde pública desde os anos 90, fundadas sobre

representações da adolescência como período de fragilidade e vulnerabilidade psicológica, hormonal e sexual, a “juventude” tem vindo a ser construída como uma categoria de risco sanitário nos discursos veiculados por técnicos (médicos e psicólogos) e instituições a operar na área da saúde, evidente em todo o trabalho de prevenção da gravidez adolescente, sida, toxicodependência, acidentes de viação, tabaco e álcool, depressão, suicídio, etc. (LORIOLO, 2004; MAILLOCHON, 2004; OZER, MACDONALD & IRWIN, 2002).

Por outro lado, as corporeidades juvenis têm ainda sido objecto de controlo e regulação intensa por parte da escola e da família, instituições com uma responsabilidade social primordial no sentido de assegurar a conformidade dos jovens às normas que consubstanciam a ordem estabelecida (FERREIRA, 1997). A partir destas instituições tendem a ser (re)produzidos discursos reguladores e agenciadas práticas disciplinares e sanções que apontam para a moldagem de um corpo que corresponde a ideais e expectativas de apresentação, de *hexis* e de emoção corporal ainda muito adultocêntricos, de natureza mais formal e institucional, valorizando e promovendo corporeidades normativas em detrimento de outras mais marginais (ESCOBAR, 2005). A diversidade estética dos corpos juvenis particulares, por exemplo, contrasta com a uniformização que algumas escolas exigem. Nos casos em que as instituições e processos educativos reconhecem a singularidade de alguns corpos juvenis, tendem a estigmatizá-los ou a formalizá-los. Na família, por outro lado, continuam a reproduzir-se fortemente subjectividades hegemónicas de género e de orientação sexual, só para dar um exemplo.

### **A confrontação social do *corpo radical***

Comercialmente explorado e socialmente instituído à escala global, o modelo ideal de *corpo jovem* que coloniza a carne de muitos jovens e de muitos outros que se querem fazer parecer jovens, tende a marginalizar a diversidade de outras possibilidades corporais socialmente disponíveis em contextos sociais juvenilizados. As classificações elaboradas pelas instituições produtoras e reprodutoras de políticas do/sobre o corpo juvenil tornam-se fortes mecanismos de controlo e dominação adulta, responsáveis pela situação de exclusão social de

corpos juvenis menos ortodoxos. Não uma exclusão que ponha os jovens “fora do mundo social”<sup>6</sup>, mas que os desvincula das orientações e actividades institucionais e prescritivas favoráveis ao ordenamento social normativo, pondo-os em contacto com outras zonas de sociabilidade e produção simbólica do mundo social.

É neste sentido que as sociabilidades juvenis produzidas no âmbito das designadas “ondas”, “cenas” ou “microculturas juvenis” (FERREIRA, 2008), assumem um valor e um significado acrescido para o protagonismo social de jovens corporalmente “não conformistas”. Isto na medida em que, como formula P. M. Ferreira (2000a: 64-77), “para estes jovens, o grupo constitui, por vezes, o único espaço de aceitação e integração sociais perante a adversidade do mundo convencional. Sem as referências para a modelagem das reacções “oposicionais” e sem a sustentação proporcionadas pelo grupo, a afirmação da identidade não conformista seria, com certeza, muito mais difícil. (...) o suporte dos elos colectivos proporciona a segurança e o apoio ao desenvolvimento e expressão das atitudes de ‘oposição’”.

Formadas nos *interstícios*<sup>7</sup> das vivências quotidianas da escola, do bairro, ou de outros espaços reais e virtuais de encontro juvenil, estas redes de sociabilidade microcultural constituem importantes bolsas de reflexividade crítica e transformadora dentro do mundo social. São espaços que funcionam como “colonizadores de territórios inóspitos” (RUIZ, 2002: 120), lutando pela criação, apropriação e controlo de recursos que ficaram à margem quer da acção de instrumentalização económica, quer das agendas políticas oficiais. Isto no sentido de instalar e desenvolver *modalidades experimentais* alternativas às modalidades dominantes de ser, de fazer e de parecer jovem, arquitectando verdadeiras *culturas de dissidência juvenil*.

No âmbito desses contextos sociais, como movimento de reacção ao modelo hegemónico e saturado de *corpo jovem*, muitos jovens tentam então impugnar os “decretos normalizadores” que apelam aos usos e investimentos nesse ideal

<sup>6</sup> Como advogam algumas teorias das transições juvenis de pendor mais “integracionista” e “conformista”, em contraste com teorias de pendor mais “subcultural” e “oposicional”. Para uma síntese destas correntes, ver FERREIRA (2000a, 2000b).

<sup>7</sup> Thrasher (1967 [1927], no contexto da Escola de Chicago, designava de *sociedades intersticiais* os agrupamentos juvenis que proliferavam nas grandes cidades norte-americanas. A noção de *intersticialidade* remete para zonas ao mesmo tempo topográficas, económicas, sociais e morais que se abrem ao fracturar-se a organização social, físsuras no tecido social que são ocupadas e aproveitadas “por todo o tipo de náufragos, por assim dizer, que buscam protecção da intempérie estrutural a que a vida urbana os condena” (RUIZ, 2002: 116).

e colonizar expressivamente o território inóspito, liso e natural(izado) do corpo. Fazem-no instaurando contra-modelos corporais que se esforçam por transformar o “lugar-comum” do corpo num lugar significativo pela diferença, inovação e singularização que lhe investem. Acabam na produção de corpos espectaculares, hiperbólicos, excessivos, *radicais* na imagem que apresentam, nos movimentos que manobram e nas sensações que exploram, por comparação à discricção civilizada, contida e auto-controlada prescrita pelos cânones normativos da corporeidade juvenil.

Com efeito, ao se entrar pelos mundos juvenis adentro, na rua, no bairro, no centro comercial, nos espaços microculturais de encontro juvenil, facilmente se vislumbra a pluralidade dos corpos que por aí circulam, com estéticas *neo-barrocas* variadas (CALABRESE, 1999 [1987])<sup>8</sup>, mobilizações cinéticas que apelam a habilidades e acrobacias corporais pouco (re)conhecidas no campo desportivo tradicional, investimentos sensoriais que buscam novas sensações socialmente pouco legítimas, pela experimentação de limites fisiológicos e de intensificação de reacções emocionais (a dor, o medo, a vertigem, a adrenalina, etc.).

Tratam-se, portanto, não de investimentos estéticos, motores e sensitivos de *conformação* mas de *confrontação* relativamente aos imaginários globalizados e hegemónicos que tendem a homogeneizar a figura juvenil, no sentido em que as performances imagéticas, cinéticas e sensoriais que passam a habitar esses corpos juvenis não correspondem necessariamente ao modelo corporal promovido e legitimado institucionalmente. Nos usos e investimentos que fazem no corpo, este não se limita a mimetizar as normas e a reproduzir técnicas corporais incorporadas ao longo do processo socializador (MAUSS, 1966 [1950]), mas questiona-as e desafia-as através de experiências e projectos reflexivos de produção, modificação e exploração das suas potencialidades plásticas, cinéticas e sensoriais (GIDDENS, 1997 [1991]).

Estes outros corpos, manifestações heterodoxas de corpos periféricos e contestatários – sejam expressos através de sexualidades transgressivas, de gestos

<sup>8</sup> Caracterizadas pela tentação do limite e do excesso de ornamento como estratégia de chegar ao original, pelo culto do pormenor como estratégia de evitamento do centro modal, em suma, pela divergência das convenções que regem as corporeidades dominantes, pretendendo enunciar, demonstrar e ratificar socialmente uma forma de existência singular e de inserção alternativa às que são regulares no mundo. As polaridades singular / regular, excepcional / normal, original / mimético, dinâmico / estático são algumas das categorias de sentido e valor analisadas por Calabrese (1999 [1987]) para explicar a dicotomia formal que divide a estética (neo)barroca da (neo)clássica.

arriscados ou da ostentação de visuais espectaculares, criados, produzidos e difundidos em espaços culturais à margem do sistema de produção, celebração, comercialização e consumo da corporeidade dominante –, prefiguram formas de experiência e de existência corporal alternativas à hegemónica. Daí serem socialmente reconhecidos como corpos radicais, fruto de usos e investimentos excessivos, considerando as convenções que, nos nossos dias, regulam as possibilidades de mobilização e apropriação social do corpo, nomeadamente do corpo juvenil.

Existe, portanto, uma forte tensão em torno das vivências concretas dos corpos juvenis, entre a reprodução de um *corpo-objecto*, coisificado, capitalizado e colocado a render na cena do consumo e da moda, como efeito da trama mediática promovida pelo mercado e tráfego de imagens; e a produção de um *corpo-sujeito*, atravessado por uma multiplicidade espessa de forças oblíquas e insubmissas, que resistem à programação capitalista e serializada da indústria de design corporal, e que por isso mesmo é capaz de produzir agenciamentos colectivos que encarnam novas ou renovadas corporeidades. As linguagens e práticas destas corporeidades não tentam suprimir o sistema de dominação, mas fissurá-lo micropoliticamente, pondo freio ao império globalizado do imaginário do *corpo jovem*. Alguns desses corpos-sujeito, dada a radicalidade dos seus usos e investimentos, tornam-se *corpos-suspeitos* (FERREIRA, 2009a), corpos sob desconfiança, notados e estigmatizados nos circuitos da segurança urbana, que passa a vigiar e a sancionar os seus portadores enquanto potenciais sujeitos perigosos.

### **Expressões juvenis do *corpo radical***

Urge, nesta perspectiva, analisar as modalidades de expressão do corpo empreendidas por jovens, através das quais eles tentam introduzir subrepticamente alguma desordem na ordem corporal imposta. A resposta à pergunta lançada por Lopes “que corpo para que sociedade?” (2004), implica que se questionem não apenas os cânones do *corpo legítimo* em cada espaço-tempo e as respectivas formas de construção social dessa legitimidade, mas também os cânones dos corpos que figuram como menos legítimos ou *ilegítimos*, nos seus respectivos espaços de produção, legitimação, difusão e vivência social: “o corpo

só é ‘a medida de todas as coisas’ se entendermos as modalidades pelas quais se *conforma e deforma* à ordem dominante” (LOPES, 2004: 124).

De facto, segundo os contextos específicos de inserção social em que é mobilizado, o corpo comporta múltiplas variações no que concerne às “regras” e aos “excessos” a que é socialmente submetido, isto é, ao campo de possibilidades e de interditos sociais que sobre ele recai, em termos dos seus usos e investimentos (traduzidos em esforço, tempo, dinheiro e recursos). A corporeidade, tal como tem as suas normas, tem também as suas anti-normas, os seus “monstros” (GIL, 1994; SHILDRICK, 1999; TUCHERMANN, 1999), sendo o sistema de normatividade corporal definido umas por relação às outras, e sujeitos a alterações no tempo e no espaço na sua relação recíproca.

Como argumenta Falk, “a corporeidade exige a existência de limites que confinam, restringem e definam o corpo humano, tal como a transgressão ela própria geralmente necessita de fronteiras. A corporeidade é uma categoria cultural e também histórica. Como as ordens, enquanto sistemas de fronteiras, mudam na história (e de cultura para cultura), também o ultrapassar de fronteiras e, portanto, as formas de corporeidade também mudam” (1994: 61). Por outras palavras, a transgressão no corpo está íntima e reciprocamente relacionada com os limites da ordem corporal relativamente aos quais excede, tal como a estabilidade da ordem necessita do estabelecimento das fronteiras da sua transgressão.

Nesta perspectiva, a corporeidade transgressiva também se trata ela própria de uma construção social, na medida em que a percepção do excesso nos usos e investimentos corporais nunca está isolada de um sentido de sagrado e de profano, de tabu e de infração, de ordem e de caos, categorias de significados sociocultural e historicamente construídos e contextualizados. Tal foi bem demonstrado por Bakhtin (2005 [1968]) na análise que fez do *corpo grotesco* produzido durante os rituais de Carnaval da Idade Média, enquanto forma corporal “ofensiva” da ordem feudal e eclesiástica estabelecida (FISKE, 1989). O corpo grotesco corresponde a um modelo de corporeidade que celebrava a libertação temporária face à ordem moral hegemónica, através da suspensão das proibições, normas e tabus religiosos e místicos que lhe eram quotidianamente impostos. Um corpo que se regia por um princípio de transgressão nos excessos e exageros que cometia efemeramente, cultivando o grotesco em oposição estética à beleza canonizada, bem como o prazer dos sentidos por oposição à moralidade restritiva e disciplinar do corpo político e

religioso da época.

O actual *corpo radical* detém algumas similaridades com o corpo grotesco de outrora, caracterizando-se também por atentar tabus e fronteiras corporais largamente institucionalizadas nas explorações e investimentos imagéticos, cinéticos e sensoriais para que remete. Na intenção reflexiva e deliberativa que subjaz à sua produção, está a ruptura com convenções e limites corporais estabelecidos pela e dentro da ordem cultural prevalecente, fronteiras que procuram “conter” ou confinar a corporeidade humana nas suas imagens, movimentos e sensações, dentro de certas formas históricas e culturais específicas (WILLIAMS, 1998: 78).

O imaginário de *corpo radical* não se consubstancia, porém, num conjunto de comportamentos e imagens previamente estabelecidos como anti-normas e ritualisticamente mobilizados enquanto tal, como sucede com o *corpo grotesco* medieval definido por Bakhtin. Pelo contrário, sendo um corpo que celebra a singularidade da pessoa no espaço social, o corpo radical consubstancia-se numa estrutura material e simbolicamente *aberta e escapatória* a qualquer norma (mesmo que se apresente como anti-norma). O *excesso* que o caracteriza é investido pelos mais jovens de um valor de distinção individual. Para se fazerem distinguir e afirmar a sua singularidade e autenticidade, alguns jovens apropriam-se do que lhes é apresentado e disponibilizado como diferente no seu mundo de vida.

Em constante evasão aos mecanismos que tentam normativizá-lo e institucionalizá-lo – mesmo que enquanto anti-norma –, o corpo radical tende assim a concretizar-se empiricamente numa multiplicidade efémera e fluida de expressões corporais. Tal processo vem sofisticar o jogo de prescrições e de interditos corporais, bem como multiplicar e complexificar os códigos de percepção e classificação corporal subjacentes aos jogos de significação de que as expressões da corporeidade, nas suas dimensões imagéticas, cinéticas e sensoriais, são suporte e instrumento (FALK, 1994:65).

Se se tomar a história da corporeidade ao longo do processo civilizacional como resultado de reciprocidade entre disciplina e emancipação, entre controlo e transgressão, observa-se que, hoje, o campo da experiência corporal cresce e diversifica-se quer na esfera da produção (é notório o crescimento quantitativo e qualitativo das profissões dedicadas ao corpo, engrossando as fileiras de uma cada vez mais sofisticada e rentável indústria de *design* corporal), quer na esfera dos consumos e lazeres, campos cada vez mais sensualizados. O que ontem era dado

como transgressivo, rapidamente pode ser absorvido pelo mercado dedicado aos investimentos corporais e por ele divulgado como marca de diferença, sendo todavia massivamente produzido e consumido.

Situação que, por sua vez, instiga à procura de novos investimentos por parte dos segmentos sociais mais inovadores (*trendsetters*), e/ou à radicalização de determinados investimentos corporais no sentido de intensificar o seu potencial valor de choque social<sup>9</sup> e, deste modo, o seu valor de distinção individual.<sup>10</sup> Vão engendrar-se novas práticas onde o excesso, enquanto aposta em novos extremos dos limites corporais, volta a ser mobilizado para (tentar) assumir a ruptura com os automatismos e a invisibilidade conferida pela banalização de excessos anteriores.

Note-se, contudo, que a transgressão característica do corpo radical não é exclusivamente consubstanciada em práticas corporais in-disciplinadas, investimentos e recursos imputados de um sentido social que os conota com o desviante e bizarro. Pode também ser encontrada no exacerbamento da norma, no excesso de adequação ao modelo normativo de corporeidade, concretizado em hiper-disciplinas que traduzem o esforço aplicado, intensivo e exagerado (socialmente percebido e classificado como tal) no sentido da conformação às normas corporais. Pense-se, por exemplo, nos *corpos anoréxicos* ou *vigoréxicos* que decorrem da radicalização de projectos de magreza e tonicidade muscular, que resultam da aplicação extremada dos regimes corporais que visam atingir as convenções de beleza de género, como as dietas, a actividade física e a ingestão de fármacos.

As expressões *radicais* do corpo correspondem, em suma, a práticas que propõem usos corporais inéditos, pautados, à vista desarmada, pela *espectacularidade* que exibem (ABRAMO, 1994), traduzida num *excesso de presença* na vida pública ao colocar o corpo em evidência social quer no seu *movimento* (e pode-se pensar, por exemplo, no caso dos designados “desportos radicais”, ou dos

<sup>9</sup> O *valor de choque* dos projectos corporais decorre do “ruído cultural” (HEBDIGE, 1986 [1979]) que provocam na vida social. Trata-se de uma forma de eficácia simbólica produzida em contexto de interacção social, resultante da aura de transgressão e provocação que acompanha esses projectos, capaz de potenciar reacções emocionais no Outro que vão da surpresa ou curiosidade, à desconfiança, ao medo ou até à repugnância. À medida que os projectos vão sendo “institucionalizados” e que a familiaridade social com os seus usuários vai sendo alargada, o valor de choque social, na sua aura provocatória, contestatária e transgressiva, vai-se progressivamente erodindo.

<sup>10</sup> Pense-se, por exemplo, na procura de novas e mais estremadas formas de modificação corporal por parte de alguns jovens, como os piercings subcutâneos, as escoriações ou as queimaduras artísticas da pele, quando as tatuagens e o body piercing mais tradicional começaram a tornar-se recursos mais banais e democratizados.

corpos que dançam incansavelmente em *raves* que se prolongam por vários dias), quer na sua *imagem* (e aqui pode-se convocar, por exemplo, os corpos de cada vez mais jovens que se cobrem extensivamente de tatuagens ou *piercings*, ou os já falados corpos anoréxicos e vigoréxicos). Falamos em *excesso de presença* na medida em que a manifestação pública desses corpos entra em ruptura com a *presença ausente* habitualmente reclamada à apresentação do corpo no quotidiano, ou seja, uma presença pautada pela discrição, pela reserva, pela adequação às convenções que regulam os corpos nas sociedades ocidentais contemporâneas, tornando-os quase invisíveis, transparentes, evanescentes para os seus respectivos habitantes (LE BRETON, 1984; BERTHELOT, 1987).

As dinâmicas de radicalização dos projectos corporais vêm inaugurar uma nova aliança antropológica entre sujeito e corporeidade, sub-aproveitada no decorrer da modernidade, onde o *corpo civilizado* (ELIAS, 1989 [1939]; 1990 [1939]) era dominado por estratégias de evitamento, de disfarce, de camuflagem, de distanciação no sentido da discrição, da reserva, da contenção, da adequação às convenções imagéticas e cinéticas de regulação corporal. O *corpo radical*, por sua vez, ganha um protagonismo social que o coloca em posição de exibição, visível e passível de múltiplas apreciações, codificações sociais e categorizações simbólicas, emergindo da descrição quotidiana que lhe é socialmente prescrita, estabelecendo novas formas e figuras de corporeidade, bem como de relação intersubjectiva dos sujeitos com o corpo.

### Sentidos do corpo radical

Que poderão significar esses usos *radicais* do corpo por parte de alguns jovens? Que constelações de valores e representações sociais informam as manifestações mais radicalizadas do corpo em determinados contextos juvenis? Na medida em que o corpo se torna referente primeiro da individualidade do jovem, quanto mais “radicalidade” for socialmente reconhecida ao projecto que expõe, mais elevados são os seus ganhos expressivos de singularização social. Daí que, tal como indicia a etimologia do epíteto<sup>11</sup>, o *corpo radical* acabe por evidenciar

<sup>11</sup> Na sua acepção etimológica, o termo “radical” surge como relativo à *raiz*, designando o que dela parte ou provém. Em termos gerais, tende a nomear o que de mais *essencial*,

uma subjectividade que procura as suas raízes essenciais, no sentido de encontrar a sua *autenticidade*, através do constante desafio perante a realidade carnal que a incorpora, onde o portador se coloca a si próprio o repto de experimentar os seus limites corporais, de entrar em constante ruptura com as metas que vai conseguindo atingir, o que o define e o demarca socialmente enquanto indivíduo singular, enquanto *individualidade*.

Os comportamentos ou investimentos radicais no corpo tomam, assim, a forma de *experiências de transcendência*, pressupondo por parte de quem as empreende um movimento contínuo de ultrapassar-se de si próprio, manifesto na constante procura de definição e superação dos seus limites últimos, enquanto sujeito com capacidade de se colocar a si mesmo os limites mais extremos. É nesta perspectiva que o *corpo radical* se consubstancia num corpo aberto e em devir, que não resulta apenas na reconfiguração da própria materialidade carnal, mas também na reconfiguração identitária do próprio sujeito, em relação com os outros e consigo próprio.

Por outro lado, as manifestações radicais do corpo juvenil poderão ainda expressar, por parte de quem as agencia, um desejo de existência, de protagonismo e de emancipação, enquanto práticas potenciadoras de um sentimento de estar activamente no mundo e de ser “alguém” no mundo. A excessividade que as caracteriza poderá constituir uma forma de procura de sentido existencial no mundo, se operacionalizado como compensação de uma espécie de *sentimento de inexistência* (AUBERT, 2005), particular ao estatuto de cidadania dos jovens. Isto na medida em que poderá propiciar a ruptura com a auto-percepção do jovem como mais um entre muitos, com uma existência igual a tantas outras, deixado à mercê dos caminhos previamente traçados e das expectativas sobre si depositadas pelas instituições que tradicionalmente enquadram as vivências juvenis.

O espaço liso e disponível do corpo humano é mobilizado pelos jovens como *recurso expressivo* de afirmação, representação e encenação social de

---

*profundo e invariável* existe, havendo tido uma larga amplitude de utilização ao longo do tempo: desde a área da matemática (o  *sinal radical* □ que indica a operação de radiciação, ou seja, a operação em que dados 2 números se obtém a raiz), passando pela química (onde designa o grupo de átomos ou fragmento molecular cuja estrutura prevalece inalterada ao longo de uma série de reacções químicas), até à linguística (para designar o segmento significativo e invariável comum a várias palavras, portador de uma significação igualmente comum a essas mesmas palavras). Ver Verbo Enciclopédia de Cultura, Volume 15, Lisboa, Editorial Verbo, pp. 1684-1687; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa - Rio de Janeiro, vol. XXIV, pp. 219-224.

identidades juvenis que se pretendem singularizar, através da aposta numa estética que assinala a sua presença no mundo e que, nos seus excessos neo-barrocos, se traduz em *manifesto de existência* dos seus protagonistas. Um manifesto que se dá a ver mais que se faz ouvir. Menosprezando o uso da discursividade pela dificuldade de acesso que têm aos canais oficiais de transmissão, são jovens que menosprezam o *debate* a favor do *combate*, desvalorizam a *discussão* em benefício da *acção*, nomeadamente da acção corporal, do seu corpo próprio e sobre o seu próprio corpo.

A intensidade e a espectacularidade propiciada pelas vivências de uma corporeidade radical, no seu processo ou resultado, permitirão, assim, romper com um sentimento de vacuidade existencial, no sentido em que funcionam como manifestações para si próprio e para os outros, de que se é capaz, corajoso, forte, habilidoso, e não mero agente passivo, alienado e reflexo mimético de outros, sujeito às expectativas e pressões sociais destes.

As práticas “radicais”, neste sentido, são actividades que encerram um sentido de *prova*, testemunho revelador e demonstrativo de capacidade de agenciamento e emancipação, correspondendo ao exercício de um poder performativo que permite a quem as pratica testar e demonstrar capacidades, habilidades e particularidade, conferindo-lhes uma expressão simbólica de poder e distintividade. Daí a hipótese plausível da “radicalidade” investida em algumas práticas de modificação e mobilização corporal integrar o conjunto de estratégias reactivas perante os sistemas estriados, quotidianos anódinos e futuros nebulosos que tendem a caracterizar os contextos vivenciais dos jovens de hoje, o que vem retomar o conteúdo político tradicionalmente inscrito no termo “radical”.

Num contexto estrutural cada vez mais concorrencial e incerto, marcado pelo culto da performance e da auto-responsabilidade (EHRENBERG, 1991, 1995), onde a experiência social das vivências juvenis caracterizar-se pela precariedade e instabilidade dos laços sociais, os jovens encontram no seu corpo um recurso disponível e altamente valorizado, um capital facilmente mobilizável e moldável para fazer face a esse cenário, quer num sentido mais adaptativo quer mais reactivo. Perante o excesso de possibilidades e opções, incertezas e aleatoriedades, pressões e prescrições, solicitações e exigências, sonhos e expectativas sociais, muitas vezes objectivamente pouco concretizáveis, a que os jovens estão actualmente sujeitos na sua vida quotidiana, muitos respondem com equivalente excessividade nos seus

investimentos mais imediatos e acessíveis, nos consumos e nas aparências, nas experiências e nos prazeres, na intensidade e velocidade com que se entregam à vida, muitas vezes em consciência dos riscos que correm, numa espécie de dever continuado e hiperactivo de celebração da vida.

A “excessividade” será uma das principais características do indivíduo qualificado como *hipermoderno*, frenético, enérgico e inovador, produto da actual *modernidade exacerbada*, em contraposição ao homem razoável dos séculos passados, o que valorizava a “medida justa”, a “sensatez” e o “equilíbrio”, durante muito tempo o ideal moral e social de pessoa (AUBERT, 2005). Daí as patologias adequadas aos novos tempos, marcadas pelo excesso: numa sociedade pautada por rígidos padrões de beleza e de elegância, encontramos as patologias alimentares, de oscilação entre bulimia e anorexia; numa sociedade que exige altos padrões de rendimento na escola e no trabalho, encontramos patologias como o stress ou o *burn out*, a depressão e a ansiedade, patologias que resultam do hiperfuncionamento de si.

Para escapar tais patologias, muitas vezes os jovens refugiam-se em investimentos nos lazeres e cuidados de si que acabam por exigir tanto ou mais de si próprio: o êxtase que muitos jovens procuram na dança, prolongado por várias horas, por vezes dias, em contextos de *rave parties*, ou a procura do risco e da adrenalina através da prática de alguns desportos designados como “radicais” ou de “aventura”, são exemplos ilustrativos desse tipo de conduta. Existem mesmo produtos que permitem enfrentar o excesso de requisitos performativos quer nos momentos de produção, quer quer nos momentos de evasão (produtos energéticos, produtos farmacológicos vários, psicotrópicos que ajudam na *endurance* e intensificação sensorial do desempenho corporal, etc.).

### **Considerações finais**

Conhecer as configurações e respectivas ancoragens ou enraizamentos sociais das várias expressões corporais “radicalizadas” de hoje, nas formas de que se revestem, nas lógicas simbólicas que nelas são investidas e nos efeitos sociais que produzem, é uma tarefa inovadora e relevante para sociologia contemporânea, na medida em que remete e dá a conhecer processos e dinâmicas sociais recentes que

emergiram e se desenvolvem na sociedade contemporânea: a sua fragmentação e pluralização social e cultural, a consolidação dos valores individualistas, a emergência de novos estilos de vida, a remoralização da vida quotidiana, a transfiguração da vida política e dos gestos de cidadania, etc.

Simultaneamente, considerando que a restituição da dimensão social do corpo tem apostado, sobretudo, na compreensão deste enquanto *lugar de contenção*, inscrevendo-o na teoria sociológica sobretudo como *realidade passiva* ante os mecanismos sociais de incorporação,<sup>12</sup> é premente a necessidade de não reduzir a realidade social do corpo a mecanismos que operam no sentido da sua *sujeição* e *conformidade*; e estudar também como as acções inovadoras e reactivas empreendidas por agentes encarnados podem modificar as estruturas existentes e gerar novas estruturas, quebrando o ciclo de reprodução.

Por último, a análise propiciada pela reflexão sobre o corpo radical tem a mais-valia de uma aproximação sociológica aos universos juvenis que, para além de inovadora, lhes restitui uma dimensão que tanto valorizam e mobilizam na sua vivência quotidiana: a dimensão física (FERREIRA, 2009b). Uma dimensão que permite chegar sociologicamente aos universos juvenis para além das suas tradicionais entradas, muitas vezes mais construídas pelo investigador que realmente vividas pelos jovens, com a vantagem de encontrá-los enquanto *sujeitos* sociais. Afinal, se é no corpo que muitos jovens mais intensamente experimentam e vivem o controlo social e os mecanismos disciplinares, é também na carne que alguns encontram o lugar performativo de expressão e desempenho do ideário de liberdade, singularidade, autenticidade e autonomia individual constitutivo da modernidade mais recente.

### Referências bibliográficas

AA.VV. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa – Rio de Janeiro, v. XXIV.

ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis*. Punks e Darks no Espetáculo Urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.

<sup>12</sup> Suporte material sujeito ao exercício de poderes disciplinares vários que o tentam repetidamente controlar e monitorizar, reprimir ou docilizar (FOUCAULT, 1979, 1994 [1976], 1994 [1984a], 1994 [1984b], 1999 [1975]), ou lugar de naturalização do arbitrário cultural e social (BOURDIEU, 1977, 1998).

- ATKINSON, M. Figuring out body modification cultures: interdependence and radical body modification processes. *Health: An Interdisciplinary Journal for the Social Study of Health, Illness and Medicine*, v. 8, n. 3, p. 373-380, 2004.
- AUBERT, N. (Ed.). *L'Individu Hypermoderne*. Paris: Érés, 2005.
- BAKHTIN, M. M. (1968). The grotesque image of the body and its sources. In: FRASER, M.; GRECO, M. (Eds.). *The Body. A Reader*. Londres: Routledge, p. 92-95, 2005.
- BECK, U. A reinvenção da política. Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta, p. 1-51, 2000.
- BERTHELOT, J.-M. Corps et société. Problèmes méthodologiques posés par une approche sociologique du corps. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 74, p. 119-131, 1983.
- . L'évanescence facticité du corps. *Sociétés*, n. 15, p. 7-8, 1987.
- BOURDIEU, P. Remarques provisoires sur la perception sociale du corps. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 14, p. 51-54, 1977.
- . O conhecimento pelo corpo. In: *Meditações Pascalianas*, Oeiras: Celta, p. 113-144, 1998.
- BUECHLER, S. M. New social movement theories. *Sociological Quarterly*, n. 36, p. 441-464, 1995.
- *Social Movements in Advanced Capitalism: the Political Economy and Cultural Construction of Social Activism*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1999.
- CALABRESE, O. (1987). *A Idade Neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- CALHOUN, C. J. *Social Theory and the Politics of Identity*. Oxford: Blackwell, 1994.
- CROSSLEY, N. Citizenship, intersubjectivity and the lifeworld. In: STEVENSON, N. (Ed.). *Culture and Citizenship*. Londres: Sage, p. 33-46, 2001.
- . From reproduction to transformation: social movements fields and the radical habitus. *Theory, Culture & Society*, v. 20, n. 6, p. 43-68, 2003.
- CRUZ, R. R. Cuerpos juveniles, políticas de identidade. In: FEIXA, C.; MOLINA, D., ALSINET, C. *Movimientos Juveniles en América Latina. Pachucos, Malandros, Punketas*. Barcelona: Ariel, p. 151-165, 2002.
- DUBET, F. Between a defense of society and a politics of the subject: the specificity of today's social movements. *Current Sociology*, v. 52, n. 4, p. 693-716, 2004.
- EDELMAN, M. Social movements: changing paradigms and forms of politics. *Annual Review of Anthropology*, n.º 30, p. 285-317, 2001.
- EHRENBERG, A. *Le Culte de la Performance*. Paris: Calmann-Levy, 1991.
- . *L'Individu Incertain*. Paris: Calmann-Levy, 1995.
- ELIAS, N. (1939). *O Processo Civilizacional*. Transformações do Comportamento das Camadas Superiores Seculares do Ocidente. v. 1, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.

- . (1939), *O Processo Civilizacional. Transformações da Sociedade. Esboço de uma Teoria da Civilização*. v. 2, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.
- ESCOBAR, M. R. *El cuerpo y las culturas juveniles en el contexto escolar*. Bogotá: Revista Javeriana, p. 68-75, 2005.
- FALK, P. *The Consuming Body*. Londres: Sage, 1994.
- FERREIRA, P. M. "Delinquência juvenil", família e escola. *Análise Social*, v. 32, n. 143-144, p. 913-924, 1997.
- . Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 33, p. 55-85, 2000a.
- . Infracção e censura – representações e percursos da sociologia do desvio. *Análise Social*, v. 34, n. 151-152, p. 639-671, 2000b.
- FERREIRA, V. S. Política do corpo e política de vida: a tatuagem e o *body piercing* como expressão corporal de uma ética da dissidência. *Etnográfica*, v. 11, n. 2, p. 291-326, 2007.
- . Ondas, cenas e microculturas juvenis, *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*. n. 15, p. 99-128, 2008.
- FERREIRA, V. S. O corpo tatuado sob o olhar dos outros: a gestão social de um projecto corporal. In: AA.VV. *Corpo, Coleção Arte e Sociedade* (Dir. João Valente Aguiar), n. 1, Lisboa: Apenas Livros | Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 25-50, 2009a.
- . Pela encarnação da sociologia da juventude. *IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte*, v. 2, n. 2, p. 164-201, 2009b.
- FISKE, J. Offensive bodies and carnival pleasures. In: *Understanding Popular Culture*. Londres: Routledge, pp. 69-102, 1989.
- FOUCAULT, M. *Microfísica del Poder*. Madrid: La Piqueta, 1979.
- . (1976). *Historia da Sexualidade. A Vontade de Saber*. v. 1º, Lisboa: Relógio d'Água, 1994.
- . (1984). *Historia da Sexualidade. O Uso dos Prazeres*. v. 2, Lisboa: Relógio d'Água, 1994a.
- . (1984). *Historia da Sexualidade. O Cuidado de Si*, v. 3, Lisboa: Relógio d'Água, 1994b.
- . (1975). *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- GIL, J. *Monstros*. Lisboa: Quetzal, 1994.
- GIROUX, H. A. Teenage sexuality, body politics, and the pedagogy of display. In: EPSTEIN, J. S. (Ed.). *Youth Culture. Identity in a Postmodern World*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 24-55, 1998.
- HEBDIGE, D. (1979). *Subculture. The Meaning of Style*. Londres: Methuen, 1986.
- HETHERINGTON, K. *Expressions of Identity. Space, Performance and Politics*. Londres: Sage, 1998.
- IANNI, O. O jovem radical. In: *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de

- Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- LE BRETON, D. L'effacement ritualisé du corps. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 77, p. 273-286, 1984.
- LOPES, J. T. Que corpo, para que sociedade? Formas contemporâneas de alienação. *Manifesto*, n. 5, p. 121-126, 2004.
- LORIOU, M. "Être jeune" est-il dangereux pour la santé ?. In: PUGEAULT-CICCHELLI, C.; CICCHELLI, V.; RAGI, T. *Ce Que Nous Savons des Jeunes*. Paris : PUF, p. 99-112, 2004.
- LUCKMANN, T.; BERGER, P. (1966). *A Construção Social da Realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Dina Livro, 1999.
- MAFFESOLI, M. (1992). *La Transfiguration du Politique. La Tribalisation du Monde Postmoderne*. Paris: La Table Moderne, 2002.
- MAILLOCHON, F. De la sexualité prémaritale à la sexualité à risque. In: PUGEAULT-CICCHELLI, C.; CICCHELLI, V.; RAGI, T. *Ce Que Nous Savons des Jeunes*. Paris : PUF, p. 113-127, 2004.
- McDONALD, K. From solidarity to fluidarity: social movements beyond 'collective identity' - the case of globalization conflicts. *Social Movement Studies*, v. 1, n. 2, p. 109-128, 2002.
- . Oneself as another: from social movement to experimence movement, *Current Sociology*. v. 52, n. 4, p. 575-593, 2004.
- NASH, K. The 'Cultural Turn' in Social Theory: Towards a Theory of Cultural Politics. *Sociology*, v. 35, n. 1, p. 77-92, 2001.
- OZER, E.; MACDONALD, T.; IRWIN, C. Adolescent Heath care in the United States: implications and projections for the new millennium. In: MORTIMER, J. T.; LARSON, R. W. (eds). *The Changing Adolescent Experience. Social Trends and the Transition to Adulthood*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-174, 2002.
- PAIS, J. M. *Sociologia da Vida Quotidiana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- RUIZ, M. D. Estética e infâmia. Da la distinción al estigma en los marcajes culturales de los jóvenes urbanos. In: FEIXA, C.; COSTA, C.; PALLARÉS, J. (Eds.). *Movimientos Juveniles en la Península Ibérica. Graffitis, Grifotas, Okupas*. Barcelona: Ariel, p. 115-143, 2002.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. *Las Estructuras del Mundo de la Vida*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.
- SHILDRICK, M. This body which is not one: dealing with differences. *Body & Society*, v. 5, n. 2-3, p. 77-92, 1999.
- THRASHER, F. M. (1927). *The Gang. A Study of 1313 Gangs of Chicago*. Chicago: Chicago University Press, 1967.
- TOURAINÉ, A. On the frontier of social movements. *Current Sociology*, v. 52, n. 4, p. 717-725, 2004.
- TUCHERMAN, I. *Breve História do Corpo e de Seus Monstros*. Lisboa: Veja, 1999.

TURNER, B. S. Outline of a general theory of cultural citizenship. In: STEVENSON, N. (Ed.). *Culture and Citizenship*. Londres: Sage, p. 11-32, 2001.

WILLIAMS, S. Bodily dys-order : desire, excess and the transgression of corporeal boundaries. *Body & Society*, v. 4, n. 2, p. 59-82, 1998.